

Campanhas salariais 2013 têm balanço positivo

Beatriz Arruda



Assinatura de convenção coletiva com a Fiesp, em 10 de maio.

Silvia Martins



Audiência no TRT em 1º de agosto garante vitória na CET.

José Augusto de Moraes



Acordo aprovado em assembleia na CPTM, em 23 de maio.

Beatriz Arruda



Campanha salarial na Emae, em 13 de junho.

Beatriz Arruda



Reunião de negociação em 13 de junho entre SEESP e Dersa.

Com a maior parte das negociações coletivas encerradas, engenheiros obtiveram, além de reajuste, aumento real de até 2,5%. Conquistas contemplam cerca de 100 mil profissionais.

Páginas 4 e 5



IMPORTAR ENGENHEIROS É *saída equivocada*

**Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro**
Presidente

APÓS A POLÊMICA ENVOLVENDO a contratação de médicos estrangeiros para suprir a carência de atendimento nas periferias das cidades e regiões mais distantes do País, o governo federal estaria pensando em tomar medida semelhante em relação aos engenheiros, conforme divulgado por vários veículos de comunicação no dia 11 de agosto. A proposta, segundo publicado, visaria dotar as administrações municipais de quadros capacitados que possam elaborar projetos técnicos, essenciais ao repasse de verbas federais.

Garantir mão de obra especializada às localidades é uma necessidade imperativa que a categoria, por meio de seus sindicatos e da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), vem defendendo há tempos. Tal providência é fundamental, por exemplo, para que se possa dar cabo da tarefa de universalizar o serviço essencial de saneamento ambiental, o que exige a elaboração de planos municipais para o setor. A luta da categoria pela implementação efetiva da engenharia pública, criada pela Lei 11.888/08, que prevê a assistência técnica à população de baixa renda, faz ainda parte da compreensão da urgência em prover esse atendimento à população.

Assim, é com bons olhos que vemos o despertar do governo sobre essa demanda. No entanto, nada justifica a importação de engenheiros para resolver o problema. É preciso aproveitar a mão de obra qualificada disponível no País, sendo necessário que os municípios realizem concursos públicos oferecendo remuneração justa para contratar os profissionais. Essa deve ter como referência o piso da categoria definido pela Lei 4.950-A/66,



que equivale a nove salários mínimos para jornada de oito horas, ou seja, atualmente, R\$ 6.102,00. Necessário ainda que, além desse ganho mínimo inicial, estabeleçam-se planos de carreira que valorizem o profissional e o mantenham no serviço público a bem da população. Encaminhamento positivo em relação a isso tramita no Congresso na forma do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 13/2013, aprovado em 7 de agosto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado e agora à espera de apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta

acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos, ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal. Medida mais produtiva seria, na nossa avaliação, que o governo trabalhasse pela aprovação da matéria, agindo no sentido que dotar as administrações, inclusive a União, de quadros qualificados e comprometidos com o desenvolvimento nacional e o bem-estar da população brasileira.

*É preciso aproveitar
a mão de obra
qualificada disponível
no País, sendo
necessário que os
municípios realizem
concursos públicos
oferecendo
remuneração justa.*

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Rosângela Ribeiro Gil. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eitel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luís Henrique Costa e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01316-901 — Telefone: (11) 3113-2650 — Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 31 de agosto de 2013. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



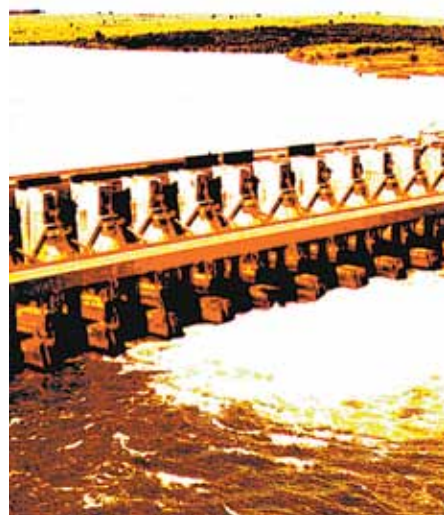
País precisa de política energética efetiva

Paulo Augusto Soares

A FALTA DE UM PLANEJAMENTO de longo prazo para o setor energético nacional associado a uma visão de estabilidade do arcabouço jurídico-institucional pelo mesmo período é um dos principais entraves à retomada de investimentos na geração de eletricidade. Os recentes acontecimentos, amplamente divulgados pela mídia, mostram claramente a necessidade de diversificação da matriz e a opção da sociedade por manter e ampliar a participação de fontes renováveis.

O tema foi abordado pelo secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Carlos Nobre, durante debate inicial para a elaboração do Plano Nacional de Energia 2050 do Ministério de Minas e Energia (MME), em 15 de maio último. Segundo ele, em tal horizonte, pode-se imaginar o Brasil com 80% de energia renovável, sendo que o percentual atual é de 45,3%.

O Plano Decenal de Expansão de Energia 2021 (PDE2021), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão do MME, publicado em janeiro de 2013, apresenta as expectativas e possibilidades em relação à biomassa de cana-de-açúcar, mas não responde à questão central relativa às condições necessárias para que haja investimentos nesse setor por empreendedores privados.



Se a previsão do MME é que em 2021 a capacidade instalada do setor sucroalcooleiro seja de 17,4GW, representando um potencial de 10,2GWmed para comercialização, 7,2GWmed seriam utilizados para consumo próprio, ou seja, 41% da potência instalada, o que é razoável. No entanto, comercializar apenas 2,2GWmed, conforme também prevê o PDE 2021, parece totalmente incoerente, mesmo considerando um baixo fator de disponibilidade, pois representa uma ociosidade de quase 80% da capacidade instalada para exportação de energia para a rede ou consumidores externos.

A nossa proposta é que o governo ouça os seus técnicos, na sua grande maioria capacitada e com profundo conhecimento da matéria, e considere os seus estudos como a base para o estabelecimento de uma efetiva política energética de Estado e de longo prazo, que suplante as atuais medidas, calcadas em casuísmos políticos e em intervenções pontuais que geram novas distorções e incertezas no setor.

Tal política deve ser planejada, exequível e com metas claramente definidas em curto, médio e longo prazos, ficando fora do alcance de ações intervencionistas do governante de plantão. A instabilidade institucional existente no momento pode nos remeter a um sistema operacional caótico, baseado em ações e acordos bilaterais pontuais entre grandes consumidores, distribuidoras e geradoras de energia.

Paulo Augusto Soares é engenheiro químico e diretor da Delegacia Sindical do SEESP no Grande ABC



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

ENGENHEIROS *conquistam aumento*

Soraya Misleh

EM 2013, quase a totalidade das campanhas salariais da categoria já se encerrou – e com a garantia de ganhos reais sobre os vencimentos, a maior parte de 2,5%. O principal termômetro foi o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), segundo o qual a inflação acumulada entre 1º de maio de 2012 e 30 de abril de 2013 ficou em 5,37% (período considerado para data-base em 1º de maio, predominante na categoria; para 1º de junho, o percentual foi de 5,11%). O reajuste somou, na média, 8% (veja tabela completa na página 5).

O saldo revelou o acerto na análise que indicava perspectiva positiva para as negociações neste ano. A despeito do baixo crescimento econômico, durante o seminário de abertura do processo, em abril último, especialistas apontaram o cenário propício a bons acordos e convenções coletivas de trabalho. Com uma conjuntura sindical no Brasil extremamente favorável e o saber negocial acumulado pelo SEESP ao longo dos anos, confirmou-se a expectativa de que em 2013 se obtivesse resultado semelhante ao de 2012 – melhor ano da história da entidade.

Destacando essa vitória pelo segundo ano consecutivo, o advogado Jonas da Costa Matos, coordenador do Departamento Jurídico do sindicato, lembra ainda que foram mantidas cláusulas econômicas e sociais conquistadas anteriormente em todos os segmentos. Entre elas, as relativas à atualização e qualificação profissional, com liberação do trabalho de 12 dias por ano sem prejuízo da remuneração para participação de cursos, seminários, congressos técnicos;



Assinatura de convenção coletiva pelo SEESP e Sinaenco, em 16 de julho último.

elevação do percentual para pagamento de horas extras; verba para bolsa de estudos, entre outras.

Na avaliação de Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do SEESP, os resultados se devem à unidade da categoria, sua capacidade de organização, luta e interlocução. “Isso faz com que espletamos o ano passado”, ressalta. Ele salienta também que na campanha, “sempre pensamos na saúde da empresa e do engenheiro”, cuja valorização mútua é essencial. “Uma coisa está relacionada a outra”, diz. Ainda de acordo com sua visão, o balanço positivo aponta o acerto do sindicato nessa compreensão e em apostar no diálogo para avanços e superação dos desafios enfrentados.

Até o fechamento desta edição, haviam sido firmados ou aprovados 15 acordos com companhias tanto do setor privado quanto público, além de três convenções – com os representantes

patronais Fiesp (indústria), Fecomércio (comércio) e Sinaenco (consultoria). Cerca de 100 mil engenheiros no Estado de São Paulo serão contemplados – de um universo de quase 200 mil. Além de aumento real sobre os salários, houve ganhos também sobre os benefícios em várias empresas, como auxílio-creche, gratificação de férias, vale-refeição, vale-alimentação ou cesta básica e outros. Em alguns casos, inclusive, significativamente superiores a 2,5%. Na média, os reajustes sobre esses itens variaram entre 10% e 15%. Na Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp), situaram-se entre 10% e 21,5%. Na estatal, o acordo foi fechado após a empresa melhorar, em audiência no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), sua contraproposta, inclusive quanto às cláusulas econômicas. O impasse havia motivado greve da categoria no dia 4 de junho último.

Até o momento, foram aprovados ou assinados 15 acordos e três convenções coletivas de trabalho. Cerca de 100 mil profissionais da categoria serão contemplados com ganhos obtidos.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 – 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 – 3324-5805 – 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br – seespbarretos@uol.com.br – seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 – 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaiseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seespplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Cinco, 538 – Salas 1 e 2 – Centro – CEP 13.500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesspj@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: Alameda das Orquídeas, 150 – CEP: 15061-150 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 – 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

real NA MAIORIA DAS NEGOCIAÇÕES

Merece ênfase a conquista na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Com data-base em 1º de março, os engenheiros alcançaram, após termo aditivo ao acordo, assinado em 21 de junho, reajuste total de 8,56% (5,91% relativo à reposição da inflação do período mais 2,5% de aumento real), além de PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários), com as devidas adequações nos vencimentos, e pagamento do piso do engenheiro. Também na Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), cujo acordo foi aprovado em assembleia no dia 9 de agosto, o salário mínimo profissional foi conquistado. Assegurado pela Lei 4.950-A/66, sua garantia é uma luta e reivindicação constante do SEESP nas negociações coletivas. Em empresas em que a categoria já tinha Plano de Cargos e Salários, como a Companhia Metropolitana de São Paulo (Metrô), houve o compromisso de sua adequação. Após dificuldades em avançar, o acordo com essa estatal foi definido em reunião no TRT no dia 3 de junho, na qual esteve presente inclusive seu presidente, Peter Walker.

Vitória importante a salientar se deu também na Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Após assegurar em audiência no TRT no dia 1º de agosto percentual de 8,01% sobre os salários de maio de 2013 (portanto, com aumento real), também ficou estabelecida a continuidade de negociação sobre o piso profissional e o reconhecimento da existência de 235 engenheiros no quadro funcional – até então, a CET só admitia haver um.

Processo em curso

Com data-base em 1º de junho, continuam as negociações com as energéticas Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), AES Tietê e AES Eletropaulo. Na Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), foi assegurada a data-base, e as negociações devem ser iniciadas em breve.

Além da CET, em algumas empresas com data-base em 1º de maio, seguem estudos sobre itens específicos da pauta de reivindicações. Na Sabesp, por exem-



Na Cetesb, acordo foi firmado em 27 de junho, com conquista de ganho salarial real.

plo, foi estabelecida em acordo a contratação de empresa especializada para equalizar os vencimentos a partir de fevereiro de 2014, em contraposição aos atuais salários regionais; o Plano de Cargos e Salários; adicionais de insalubridade e periculosidade; plano de saúde; auxílio-creche; e fornecimento de cesta de Natal em dezembro de 2013 no mesmo valor da cesta básica.

Ainda com data-base em 1º de maio, não foi encerrada a campanha na Valec. E no caso do Sinduscon (construção civil) e Sinicesp (construção pesada), o SEESP ingressou na Justiça com dissídio coletivo de trabalho. Já na Telefônica, com data-base em 1º de setembro, a primeira rodada de negociações está prevista para o próximo dia 29 de agosto.

Acordos e convenções coletivas de trabalho aprovadas/assinadas

Empresas	Data-base	% reajuste	Assinatura em
CPTM	1º de março	8,56% (2,5% de aumento real)	21/6
Metrô	1º de maio	8% (2,5% de aumento real)	29/7
CDHU	1º de maio	8% (2,5% de aumento real)	aprovado*
CET	1º de maio	8,01% (2,5% de aumento real)	aprovado*
Dersa	1º de maio	7,16% (INPC)	aprovado*
SPTTrans	1º de maio	8,01% (2,5% de aumento real)	aprovado*
Sabesp	1º de maio	8% (2,5% de aumento real)	19/6
Cetesb	1º de maio	8% (2,5% de aumento real)	27/6
Usiminas	1º de maio	7,16% (INPC)	13/6
Fiesp	1º de maio	7,16% (INPC)	10/5
Fecomércio	1º de maio	7,16% (INPC)	12/6
Sinaenco	1º de maio	8% (2,5% de aumento real)	16/7
Cesp	1º de junho	7,74% (2,5% de aumento real)	4/7
CPFL	1º de junho	7% (1,8% de aumento real)	aprovado*
Cteep	1º de junho	6,5% (1,35% de aumento real)	29/7
Duke Energy	1º de junho	7,87% (2,6% de aumento real)	4/7
Elektro	1º de junho	6,53% (1,35% de aumento real)	29/7
Emae	1º de junho	5,11% (IPC-Fipe)	aprovado*

*Acordos aprovados em assembleias gerais extraordinárias, mas ainda não assinados.



Após impasse, engenheiros do Metrô asseguraram também compromisso de adequação de plano de cargos e salários.



Negociação na SPTTrans culminou com reajuste total de 8,01%.



GARANTIR INTERNET LIVRE E ABERTA

Soraya Misleh

O PROJETO DE Lei 2.126/11, que institui o marco civil da internet, pode ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados ainda neste mês. Em audiência pública realizada no dia 7 de agosto naquela casa, em Brasília, representantes da sociedade civil e o relator da proposta, deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ), defenderam sua apreciação o quanto antes.

Promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a sessão se deu mediante requerimento dos deputados federais Antonio Imbassahy (PSDB-BA) e Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG). O objetivo seria prestar esclarecimentos e discutir o tema, face à denúncia recente de esquema de espionagem de usuários da rede no Brasil pelo governo dos Estados Unidos – feita pelo ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional daquele país, Edward Snowden.

Além da garantia de liberdade de expressão e neutralidade da rede, a privacidade dos internautas é considerada um dos pilares do projeto, visto por especialistas como vanguarda em âmbito internacional. Na audiência – em que se expressaram divergências quanto a alterar ou não o texto em tramitação e sua importância –, Molon afirmou que os três pontos principais são inegociáveis.

A ênfase não é gratuita. A proposta enfrenta ameaças e pressões que podem tanto mudar sua configuração como levar ao adiamento da votação – como já ocorreu várias vezes. Eduardo Neger, presidente executivo da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Internet (Abranet), destaca: “Al-

guns parlamentares apresentaram mudanças de última hora sem discussão, em dois pontos. Um no que diz respeito à neutralidade da rede, que para nós é a essência do marco civil. O segundo é quanto à obrigatoriedade de as empresas que prestam serviços de internet armazenarem no País as informações dos usuários. O tema foi pouco debatido, então achamos que não deveria ser incluído no projeto.”

O que está em jogo

Sérgio Amadeu, professor da UFABC (Universidade Federal do ABC) e membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, explica que existem dois grandes *lobbies* que têm impedido sua aprovação do modo como foi gestado. “Um é das operadoras de telecomunicações e outro, da indústria de *copyright*.” Segundo ele, os primeiros não querem que a internet continue funcionando com garantia de neutralidade da rede. Quem ensina é Renata Mielli, do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé: “Hoje, você pode subir ou baixar um vídeo, navegar no *youtube*, assistir um filme, fazer uma transação bancária ou compra. As empresas de telecomunicações querem mudar o modelo de negócios da internet para vender pacotes de serviços, para algo muito semelhante à TV por assinatura, em que você tem o pacote básico, o *megaphis*” etc.. Com isso, ilustra, o usuário teria acesso a um determinado serviço a depender do que fosse contratado. “Por controlarem os cabos, eles querem deixar de ser neutros em relação aos fluxos de informações. Isso para nós é inaceitável, porque vai mudar completamente o modo como funciona a internet”, atesta Amadeu.

Já os detentores de direitos autorais, explica ele, “querem evitar que as pessoas continuem a compartilhar dados”. Com esse intuito, conseguiram a inserção de última hora de um parágrafo no artigo 15 que “permite a remoção de conteúdo sem ordem judicial quando se tratar de suposta violação de *copyright*”. O artigo em questão trata da liberdade de expressão. Para assegurá-la,

determina que provedores não podem ser responsabilizados civilmente por conteúdos gerados por terceiros, e só serão que retirá-los do ar mediante ordem judicial. Com a mudança no texto – que, segundo o relator do PL, teria atendido pedido do Ministério da Cultura, em função de “temores” manifestados pela indústria de direitos autorais –, fica estabelecida a “censura privada”, conforme aponta o professor da UFABC.

Ele lembra que o PL foi resultado de ampla discussão em todo o Brasil, recebendo 2 mil contribuições em sete audiências públicas e mais duas rodadas de consultas. “Chega a ser até agressivo [*fazer uma alteração como essa na reta final*].” Considerando a medida um retrocesso, Pedro Ekman, do Coletivo Intervozes, alertou durante aula pública sobre o marco civil realizada em São Paulo, no dia 23 de julho: “O mecanismo funciona para além da proteção do direito autoral. O próprio artista às vezes não consegue postar sua música ou vídeo porque a gravadora não deixa.” Pior ainda, na sua concepção, é que a inclusão do parágrafo reabre a possibilidade de uma crítica política ser proibida em nome do “direito autoral” – por exemplo, quando se usa algum trecho para realizar o debate democrático. “A lei permite esse uso, mas, na dúvida, se alguém reclama, o *youtube* retira”, exemplifica.

Na análise de Mielli, é fundamental haver mobilização contra essas alterações e riscos e pela votação do marco civil. Ekman conclui: “Sua aprovação é extremamente importante para se tentar entender a internet como um espaço fundamental de comunicação, e não como um simples negócio.” De acordo com ele, com a convergência digital, quem controlar os cabos vai controlar toda a comunicação que se fizer no mundo. “Isso é decisivo para o futuro da democracia.” Rita Freire, da Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada, resume: “Toda vigilância é pouca e toda pressão é necessária.” Como parte da mobilização, em 22 de agosto, está marcada uma plenária do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) em Brasília.

Esse é o objetivo de marco civil, cujo projeto de lei tramita na Câmara dos Deputados. Especialistas defendem sua aprovação como forma de assegurar direitos dos usuários da rede.



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Audiência pública sobre marco civil da internet, realizada em 7 de agosto, em Brasília.

Cursos

LINS

Unilins (Centro Universitário de Lins)

Site: www.unilins.edu.br

E-mail: unilins@unilins.edu.br

Telefone: 0800 771 3200

• **MBA em Engenharia de Produção.**

O objetivo do curso é aplicar modelos de planejamento, controle e coordenação da cadeia produtiva baseados na tomada de decisão em planos de negócios; a administração da cadeia de suprimentos (*Supply Chain Management*), discutindo sinergias de transporte, produção e vendas e sistemas de qualidade; além de consolidar a visão dos participantes sobre os múltiplos aspectos da distribuição, que condicionam muitos pontos importantes do desenvolvimento da automação integrada de processos. Carga total de 400 horas. Vinte e quatro parcelas de R\$ 390,00, com desconto de pontualidade até o dia 10 de cada mês; ou R\$ 433,34.

SÃO PAULO

VDI – Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha)

Site: www.vdibrasil.com.br

E-mail: vdi@vdibrasil.com.br

Telefone: (11) 5180-2316

• **Seminário “Liderança e gestão de projetos para engenheiros”.** O evento acontecerá no dia 18 de setembro, das 8h30 às 17h30, na AHK (Câmara Brasil-Alemanha), na Rua Verbo Divino, 1.488 – 3º andar – São Paulo/ SP. O objetivo desse *workshop* é oferecer aos gestores e equipe os conceitos e ferramentas para levá-los a buscar novas alternativas e colocar seus planos de ação em prática, acompanhando seu progresso e mantendo o compromisso com os resultados desejados. Valor: R\$ 650,00. Para associados à VDI, R\$ 450,00; AHK, R\$ 550,00; e Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, R\$ 585,00 (inclui material didático, dois *coffee breaks*, almoço e certificado de participação).

Instituto Butantan

Site: www.butantan.gov.br

E-mail: saudespimprensa@gmail.com

Telefone: (11) 3066-8701

• **MBA em Gestão da Inovação em Saúde.**

É o curso inédito que o Instituto Butantan, unidade vinculada à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e maior centro de pesquisas biomédicas da América Latina, está oferecendo a vários profissionais da área médica, de direito e biológica, entre eles os engenheiros biométricos. As inscrições foram prorrogadas até o dia 30 de agosto. São 60 vagas disponíveis, o curso tem duração de 18 meses e visa capacitar recursos humanos para transformar pesquisas científicas em práticas inovadoras e produtos em saúde, com benefícios à população. As informações sobre inscrições e processo seletivo estão no *link* www.butantan.gov.br/mba.

SOROCABA

Unesp (Universidade Estadual Paulista)

Site: www.unesp.br

E-mail: pgca@sorocaba.unesp.br

Telefone: (15) 3238-3400, ramais 3483 e 3403

• **Pós-graduação em Ciências Ambientais.**

As inscrições estarão abertas de 16 a 30 de setembro, exclusivamente pela internet, para os cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Unesp de Sorocaba. O objetivo é formar profissionais na área de concentração de diagnóstico, tratamento e recuperação ambiental, contribuindo para a formação qualificada de recursos humanos e para o desenvolvimento científico-tecnológico do País. As informações sobre o edital do processo de seleção podem ser obtidas no *link* <http://migre.me/fGIUA>.

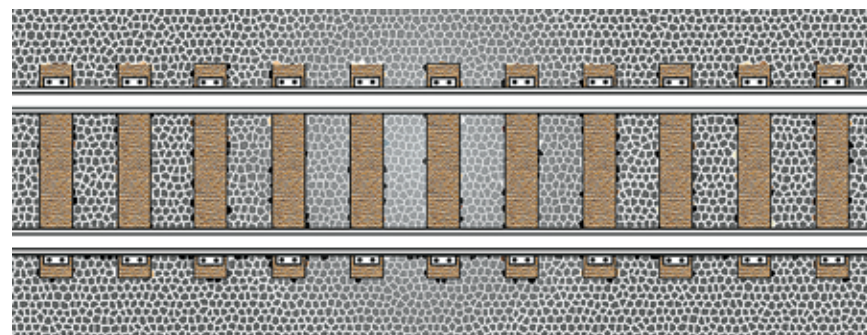
Semana de Tecnologia Metroferroviária discute mobilidade urbana

NA SUA 19ª EDIÇÃO, a Semana de Tecnologia Metroferroviária reunirá operadoras, dirigentes empresariais e profissionais para debater questões relacionadas à mobilidade urbana nas grandes cidades. Organizado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô (Aeamesp), o encontro terá como tema principal “Os desafios da mobilidade sustentável”.

Durante o evento, que acontece de 10 a 13 de setembro próximo, no Centro de Convenções Frei Caneca (Rua Frei Caneca, 596), na Capital, haverá apresentação de trabalhos técnicos com a abordagem de modernas práticas de gestão, inovações tecnológicas e a aplicação de novas metodologias de trabalho.

Em debate, a necessidade de efetivar projetos essenciais ao setor, tais como a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, e ampliar a participação do setor público e da iniciativa privada no financiamento dos projetos de expansão da malha metroferroviária do País.

Para mais informações sobre o evento, inclusive sobre os valores para participação, entrar em contato pelo telefone (11) 3287-4565 ou pelo *e-mail* eventos@aeamesp.org.br. A programação completa está no *link* <http://migre.me/ffUxe>. As inscrições podem ser feitas no *site* www.aeamesp.org.br.





Campinas prepara palestras para o segundo semestre

A Delegacia Sindical do SEESP em Campinas está organizando uma série de palestras para este segundo semestre. Os eventos começam no dia 29 de agosto com o tema “A telepresença como ambiente de comunicação e educação”, com o professor e engenheiro Gilberto Oliani, diretor de educação a distância e tecnologias de informação e comunicação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No dia 26 de setembro, entra em pauta “Sustentabilidade em empresas”, com apresentação de Adriana Leles, gestora de sustentabilidade e assessora de diretoria da Sociedade de Água e Abastecimento de Campinas (Sanasa). Em 8 de outubro, o médico Francisco Vianna Oliveira Filho falará sobre “Longevidade e saúde”, “Novidade da medicina regenerativa”, “Medicina ambiental” e “Intoxicação por metais pesados e tóxicos ambientais”.

Os eventos são gratuitos e serão realizados na sede da delegacia (Avenida Júlio Diniz, nº 605, Jardim Nossa Senhora Auxiliadora), sempre a partir das 18h. Mais informações pelo telefone (19) 3368-0204.

Engenheiros participam de ato unificado na Prefeitura de São Paulo

Valorização imediata do servidor público municipal. Essa foi a reivindicação do ato que reuniu engenheiros e demais categorias de nível universitário da Prefeitura Municipal de São Paulo, em frente à sede da administração, no dia 6 de agosto. Os profissionais querem a recomposição das perdas salariais dos últimos dez anos e um plano de carreira. Durante o protesto, uma comissão de funcionários foi recebida pelo assessor especial Christy Ganzert Pato e pelo coordenador da assessoria de Relações de Trabalho da Secretaria Municipal de Planejam-

to, Orçamento e Gestão (Sempla), Walter Mesquita Hupsel. Eles informaram que a questão ainda está em estudo.

Para a delegada sindical do SEESP, Cyra Malta Olegário da Costa, que participou da manifestação, é preciso somar forças com os demais profissionais. “Sofremos a mesma desvalorização”, ressalta.

Outro item reivindicado é o estabelecimento de um piso salarial para todas as carreiras de nível universitário, tomando-se como base o dos engenheiros, conforme a Lei 4.950-A/66, que é de nove salários mínimos para jornada de 40 horas semanais.



Entre as reivindicações dos servidores, pagamento das perdas salariais dos últimos dez anos.

Fotos: Beatriz Arruda

SEESP defende atividades da categoria junto ao Crea-SP

O presidente do sindicato, Murilo Celso de Campos Pinheiro, entregou ao presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (Crea-SP), Francisco Kurimori, no dia 9 de agosto, documento solicitando ao órgão que tome as providências cabíveis para assegurar aos engenheiros o exercício das atividades a eles atribuídas pela legislação.

O alerta foi provocado pela Resolução nº 51 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), de julho de 2013, que define, em seu artigo 2º, as atribuições que são privativas desses profissionais, entre as quais: projetos arquitetônico de edificação ou de reforma, urbanístico e de parcelamento do solo mediante loteamento, de sistema viário urbano,



Murilo Pinheiro aponta riscos aos engenheiros com resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

de arquitetura paisagística e de acessibilidade, iluminação e ergonomia em edificações e no espaço urbano; e ainda a coordenação de equipes de planejamento urbano ou de regularização fundiária.

Pinheiro observa que a matéria traz incumbências coincidentes com as dos engenheiros, previstas na Lei 5.194/1966, que dispõe em seu artigo 7º sobre as

atividades e atribuições do profissional da categoria, como o planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; e estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica.

Carreira de Estado para engenheiro é aprovada em Comissão do Senado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou, no dia 7 de agosto, o relatório da senadora Ana Amélia (PP/RS), favorável ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 13/2013, que acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos, ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal. Segundo informação da Secretaria da Comissão, o texto foi aprovado sem qualquer alteração e segue, agora, para apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa.

Em seu relatório, a senadora gaúcha avaliou que, tendo a pers-

pectiva de um futuro mais próspero para o País, torna-se necessário “cada vez mais contar com esses profissionais, responsáveis pela edificação de uma infraestrutura que permite o desenvolvimento em todos os sentidos, incluída a sustentabilidade e todas as políticas com vistas a levar o Brasil a se tornar um país de primeiro mundo”.

FNE

No dia 15 de julho, o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, havia conversado com a senadora, em Brasília. Na ocasião, ele apontou a importância da aprovação do PLC, de autoria do deputado federal José Chaves (PTB-PE), como forma de valorizar e melhorar as condições de trabalho dos engenheiros.

Estatutários entregam estudo de defasagem salarial a governo paulista

A Associação dos Engenheiros Estatutários do Estado de São Paulo (Assengesp) entregou ao coordenador da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos do Governo de São Paulo, João Carlos Meirelles, no dia 7 de agosto, documento pleiteando o realinhamento de salários com os engenheiros celetistas e ambientalistas da administração estadual.

Segundo o presidente da associação, Paulo Costantini, para maior clareza das perdas dos estatutários, foi entregue, também, um estudo revelando que em dez anos, de 1993 a 2013, esses profissionais acumularam perdas salariais superiores a 2.000%.